

“REITORIA CRIA AMBIENTE DE QUE A CASA ESTÁ PEGANDO FOGO E QUE ELA É ÚNICA SALVADORA”

Marcos Magalhães
Professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP

Daniel Garcia



"Temos uma Reitoria que aposta no confronto"

*Representante suplente da Congregação do IME e autor de vários destaques apresentados aos “Parâmetros”, votados na reunião do Co de 11 de abril, o professor Magalhães analisa — em depoimento a **Rodrigo Neves** — a estratégia da administração da USP: “Temos uma Reitoria que aposta no confronto. Jogou a proposta em cima da mesa como se fosse um objetivo messiânico, como se tivesse um destino de pôr a universidade ‘nos trilhos’. A origem dos ‘Parâmetros’ é o Gabinete do reitor. Não vem da Codage, da COP. Parece vir da McKinsey. Por isso é uma gestão Zago-Vahan-McKinsey”*

O documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira” apareceu na véspera do Carnaval. A reunião estava inicialmente prevista para o dia 21 de fevereiro, uma terça-feira. Aí veio uma notícia, na quinta-feira anterior, dia 17, de que não haveria reunião no dia 21, mas sim no dia 7 de março.

A primeira impressão que se teve é de que os “Parâmetros” estavam um pouco exagerados. É como se a Reitoria aproveitasse a situação para “passar a boiada”. Isso de alguma forma foi identificado na reunião convocada no IME, mas também em outras unidades, em outras congregações. Surgiu um monte de questões, perguntas e explicações. Faltava



Professor Marcos Magalhães

Daniel Garcia

discussão. A Reitoria não tinha, na sua documentação, apresentado argumentos referentes à defesa dos “Parâmetros”.

Havia uma questão que estava implícita no primeiro documento, sobre a possibilidade de demissões

para se adequar ao 40/60 [a proporção, entre, respectivamente, número de docentes e número de funcionários proposta pela Reitoria]. Na primeira versão isto estava mais forte, citando o artigo da Constituição que possibilitaria demissões. Depois este trecho foi suprimido no dia 7, o reitor chegou a falar: “Vou tirar, já está na Constituição então podemos aplicar”.

Então existia um conjunto grande de interrogações. O que a maioria da comunidade universitária pedia, demonstrado pelas manifestações em congregações e nas reuniões que aconteceram, era uma oportunidade para discutir melhor o assunto.

Então esse era o ambiente criado para o dia 7.

Neste dia ocorreu um protesto na porta da Reitoria e depois teve toda a violência da Polícia em cima dos manifestantes. No fundo, a demanda do movimento era criar pressão para que o assunto fosse melhor discutido. Um reitor, digamos, de bom senso e bem intencionado teria a postura de apaziguar, implementar um calendário de discussões etc. Até porque nada do que foi aprovado era algo para o dia seguinte, que você precisava fazer ou a universidade não funcionaria.

Até onde conseguimos ver, não teve até agora nenhum relato ou vídeo que caracterize agressões do movimento à Polícia Militar ou a conselheiros. Houve, claro, palavras de ordem, falas, uma certa pressão em cima dos conselheiros. São pressões naturais a todos os movimentos sociais, que foram respondidas pela PM com sua tradicional violência, além da sua arrogância e da sua agressão indiscriminada, independentemente de se você é um observador ou um manifestante.

Eu e alguns outros conselheiros tomamos a decisão de que não entraríamos no Co sob a escolta da Polícia. O movimento correto era a suspensão da reunião, tentar o diálogo. Eu e outros conselheiros só entramos no Co quando tivemos a informação de que a reunião já havia começado e já possuía quórum. Isso era 17h30, para uma reunião que estava marcada para 14 horas.

“Minha opção ali foi falar um pouco sobre o *nonsense* completo da situação, a falta de diálogo da Reitoria. Ao mesmo tempo, sentindo que o Co caminharia para a

aprovação do documento, quis fazer uns destaques para que a coisa fosse melhor discutida”

Quando eu entrei já havia acontecido um incidente inicial entre estudantes e o reitor (**vide p.112**). Eu não presenciei isso, quando eu cheguei o reitor já estava terminando a fala dele. Imediatamente depois de sua fala, começou a discussão sobre os “Parâmetros”. Abriu-se a discussão sem manifestação de membros e começaram as falas das pessoas sobre o tema. Uma ou duas pessoas, de uma longa lista, falaram e se retiraram. Outras foram se manifestando sobre o ambiente de violência e um pouco sobre os próprios “Parâmetros”. Minha opção ali foi falar um pouco sobre o *nonsense* completo da situação, a falta de diálogo da Reitoria. Ao mesmo tempo, sentindo que o Co caminharia para a aprovação do documento, quis fazer uns destaques para que a coisa fosse melhor discutida.

Minha questão em relação aos “Parâmetros” é essencialmente essa: para mim e para o movimento, vivemos na universidade uma crise de financiamento, para a Reitoria é uma crise financeira. Parâmetros são pautas de grandes manchetes e grandes questões que podem mobilizar toda a comunidade universitária em um sentido. Mas os “Parâmetros”, como foram feitos, são um conjunto de regras de gestão, que têm a ver com a conjuntura e não podem ser colocadas dessa forma perene.

Determinar o teto de 85% de gasto com pessoal é algo que pode ser aceitável, isso pode ser um norte a se perseguir. Outra coisa é você ter várias regrinhas que desconsideram a conjuntura em que você tem que

viver. Esses 85% vão ser transformados em algo maior como a destruição de cursos, fechamento de pós-graduação e laboratórios. Então você precisa ter bom senso.

Portanto, aquele conjunto imenso de regrinhas, para mim, criava uma camisa de força. Era alguém aproveitando uma situação de crise para botar para dentro toda uma visão sobre gestão e financiamento universitário. Ou seja, um oportunismo de alguns setores da Reitoria encampado por essa gestão Zago-Vahan-McKinsey. Colocaram, pelos “Parâmetros”, um monte de outras medidas sérias, que não foram discutidas amplamente na universidade, sequer no programa de gestão do reitor.

Eu fiz vários destaques, alguns suprimindo capítulos inteiros. A única coisa que eu achei que cabia era a fixação do teto de 85% para despesas de pessoal. E ainda assim, eu mencionei que a USP conta para a opinião pública que gasta 105% do seu orçamento com folha de pagamento, sendo que algo perto de 30% desse percentual é para o pagamento de aposentados. Então quando você comenta isso sem dar detalhes, a reação é: “Isso é um absurdo! Precisa cortar, demitir!”. E a responsabilidade da Reitoria é grande nesse sentido, porque ela é que tem poder de dialogar com a opinião pública.

Então a reunião do dia 7 terminou com 32 votando contra os “Parâmetros”, 52 a favor e uma ou duas abstenções. Observe que esses 32 que votaram contra, naquele momento, possivelmente não saíam da reunião. Se eles saíssem, quebraria o quórum. O quórum necessário para o Co é de 60 votantes.

“Havia a expectativa de que alguns destaques poderiam passar nas votações, mas o reitor de alguma maneira enquadrou todos os diretores que poderiam ter alguma reclamação na reunião da manhã. Se você compara as votações desse dia 11 às do dia 7, ele ganhou por mais votos no dia 11”

Digo isto porque houve a tentativa de quebrar o quórum no Co do dia 11 de abril, que também foi chamado às vésperas de um feriado. Recebi a comunicação na quinta-feira às 20 horas, para a reunião que aconteceria em uma terça-feira da Semana Santa. Nesse meio tempo entre sessões do Co se discutiu muito a questão da violência da PM. Paralelamente a isso, também se discutia a situação da Creche Oeste, ocupação, reintegração, liminar, etc (**vide p.79**). Aqui no IME a gente teve uma reunião de Congregação, mas que não discutiu os “Parâmetros”, a coisa ficou muito mais centrada na questão da violência da PM.

Então fomos à reunião do dia 11. A ideia era verificar se poderíamos derrubar o quórum ao não participar da primeira votação. Havia alguns conselheiros que estavam

defendendo a retirada, a saída da reunião, ou ao menos a não votação. A gente não sabia como seria a votação dos destaques, se haveria falas ou não. Começou de um jeito que parecia que não haveria discussão nenhuma, até que um conselheiro ou outro reclamou e acabamos tendo oportunidade de um pequeno contraponto. Mas o reitor parou o expediente quando iriam começar as manifestações dos membros.

De alguma maneira, seria o espaço dado à opinião das congregações sobre a violência e os “Parâmetros”. Isso foi cortado pelo reitor, que disse que não haveria manifestação dos membros. É uma postura autoritária, de não querer ouvir o que a universidade tem a dizer. Note que nessa reunião do dia 11, ele teve uma reunião com os diretores de unidades pela manhã. Eu não tive muitas informações dessa reunião, não sei se os diretores falaram algo ou não.

Fiz uma primeira intervenção questionando como é que interpretávamos a exigência dos cinco dias de antecedência para ter reunião do Co. O secretário geral deu uma informação técnico-jurídica de que os cinco dias contam a partir do dia seguinte da convocação, o que no fundo quer dizer que ele poderia ter enviado o documento às 23h55 da quinta-feira e daí se contariam cinco dias até a terça-feira. Essa explicação soa estranha para mim porque esses cinco dias deveriam servir para a leitura do material. Enfim, fiz uma intervenção inicial sobre isso, outras pessoas também questionaram.

Quando começou o debate dos “Parâmetros”, fiz uma intervenção falando da violência e defendendo os destaques feitos no dia 7 de março. Durante a votação, fiquei convencido de que não haveria oportunidade de um debate mais aprofundado e honesto, então não votei em nada. Poderia eventualmente ter me manifestado e votado, mas eu não me senti bem, quis marcar posição ao não participar de nenhuma votação.

Havia a expectativa de que alguns destaques poderiam passar nas votações, mas o reitor de alguma maneira enquadrou todos os diretores que poderiam ter alguma reclamação na reunião da manhã. Então se você compara as votações desse dia 11 às do dia 7, ele ganhou por mais votos no dia 11. Praticamente tudo que a CLR [Comissão de Legislação e Recursos] e a COP [Comissão de Orçamento e Patrimônio] indicaram prevaleceu. A proposta de que dois terços de votos seriam necessários, no futuro, para mudar os próprios “Parâmetros” foi reprovada. A arrogância do texto inicial era tanta que propunha aprovar o documento com maioria simples e depois pedir maioria qualificada para modificá-lo.

Depois, já era tarde, o reitor falou que havia mais dois assuntos. Um era uma mudança estatutária em uma unidade, que passou sem objeções. O outro era a questão de uma nova portaria sobre a contratação de docentes temporários. Se você resgata a gravação do Co, o reitor faz todo um preâmbulo dizendo que “podemos deixar a votação para depois, se houver objeção, algum problema...”.

“Está vindo uma eleição para reitor e vamos ver quantos candidatos estão dispostos a ser herdeiros da gestão Zago-Vahan-McKinsey. Olhando aquele Co, tenho a impressão de que há uma aprovação feita com tristeza, quase sob coação da Reitoria”

Aí eu fui lá e fiz minha questão que era a seguinte: há três regimes de trabalho na universidade para docentes: 12 horas, que é o Parcial; 24 horas, que é o Turno Completo; e 40 horas com dedicação exclusiva, que é o RDIDP. Esta portaria está “modernizando”, “agilizando” os procedimentos do concurso para ingresso, tudo bem, mas está introduzindo, como um cavalo de tróia, a questão de contratação de professores temporários de 8 horas. Isto, a meu ver, soa até como uma mudança estatutária, não sei o limite disso, mas cabia uma discussão porque muda o modo como pensamos a carreira docente na universidade.

Então o reitor falou que o assunto estava suspenso e que eu estava com vistas ao processo. E eu reagi pelo autoritarismo dele de atribuir vistas, pois ele não tem esse direito. Ele tem o direito de negar ou conceder vistas quando isto for pedido, mas não pode atribuir vistas a alguém. Eu reagi e houve um entre-

vero fora do microfone, quando eu disse que não havia pedido vistas, que isso era um absurdo, que ele deveria respeitar as falas das pessoas, que o assunto deveria ser debatido, etc. Houve outras duas falas, uma delas dizendo que a portaria era necessária por ser uma situação emergencial. Nisso o reitor coloca a portaria em votação. Todos pegos sem grande reflexão. Vota-se a favor. Eu acho que vários diretores estavam com interesse de contratar temporários com agilidade.

O curioso é que o reitor na sua fala inicial queria ver se alguém tinha alguma divergência para se discutir e deixar a votação para a próxima reunião. Então ele transforma isso em uma atribuição. Pensando, hoje, eu devia ter pedido as vistas, mas naquele momento, no calor, eu reagi ao autoritarismo. É prática comum dele desqualificar, não ouvir estudantes ou funcionários, ter uma postura desrespeitosa durante o Co.

Então, infelizmente, temos uma Reitoria que aposta no confronto. Jogou a proposta dela em cima da mesa como se fosse um objetivo messiânico, como se ela tivesse um destino de por a universidade “nos trilhos”. É uma visão que não é só do reitor, é uma visão tecnocrática da McKinsey. Na hora em que você olha para o processo, a origem dos “Parâmetros” é o Gabinete do reitor. Não vem da Codage [Coordenação de Administração Geral], da COP. Ou seja: parece vir da McKinsey. Por isso digo que é uma gestão Zago-Vahan-McKinsey.

Por parte dos dirigentes no Co,

essa gestão tem um apoio inicial por comodidade e conviência. Muitos, claro, têm uma concordância pragmática, anticientífica, sem refletir sobre o problema e estudar alternativas. Essa é a situação que vivemos hoje no Co, mas não quer dizer que devemos deixar de fazer as denúncias e as disputas.

Está vindo uma eleição para reitor e vamos ver quantos candidatos estão dispostos a ser herdeiros da gestão Zago-Vahan-McKinsey. Claro que o próximo reitor pode ser o próprio Vahan, mas não sei se haverá muitos adeptos dessa continuidade. Olhando aquele Co, tenho a impressão de que há uma aprovação feita com tristeza, sem emoção, quase sob coação da Reitoria. A Reitoria cria um ambiente de que a casa está pegando fogo e de que ela é a única salvadora. Os diretores, na grande maioria com pouca capacidade crítica, dão o cheque em branco para a gestão.

Mas na hora em que começarem os debates da próxima [gestão da] Reitoria, precisaremos ver o quanto os candidatos vão convencer a comunidade universitária desse fatalismo. O que temos é uma crise de financiamento, que é a mesma questão que vivem as universidades do Rio de Janeiro e outros Estados. Portanto, cabe uma discussão pública sobre como se financia o ensino superior público. Enquanto isso, óbvio, a Reitoria olha para os trabalhadores e procura o que pode ser cortado ali. Não há um olhar de disputa pela opinião pública, disputa pela verba com o governo do Estado.